

**Título:** Uma gota de esperança (3) - **Data:** 02/11/2014 - **Veículo:** Diário Catarinense  
**Página:** 6 - **Editoria:** Economia - **Cidade:** Florianópolis

Indústria e UFSC apostam no crescimento do mercado de petróleo em Santa Catarina, que já conta com dois portos capacitados para embarcar na cadeia próspera nacional. Enquanto isso, o Estado ainda aguarda resultados positivos da audiência sobre os royalties, que deve ocorrer em janeiro no Supremo Tribunal Federal.

A chegada de uma sonda de exploração de petróleo em águas catarinenses - empreendimento da empresa australiana Karoon Óleo e Gás - reacendeu o debate sobre a distribuição dos royalties.

Enquanto as indústrias e até mesmo a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) alimentam expectativas de investimentos em infraestrutura e pesquisa para inserir o Estado na cadeia produtiva petrolífera, os direitos pela exploração ainda estão longe dos catarinenses.

A plataforma da Karoon está situada a 260 quilômetros de Navegantes - a base terrestre mais próxima -, mas se encontra dentro das águas territoriais de São Paulo, Estado que deverá receber os royalties de uma eventual produção para valer. Ainda assim, caso confirmada a viabilidade comercial do poço, especula-se que a base de apoio da companhia australiana possa ser transferida de Niterói (RJ) para Itajaí.

Seria o segundo caso de uso de infraestrutura de um município catarinense com direcionamento de recompensas a outro Esta-

do. Isso porque no litoral catarinense já opera uma plataforma da Petrobras, com produção de 66 mil barris por dia, nos campos de Baúna e Piracaba (veja na página 12). Apesar de toda a atividade operacional da estatal estar concentrada no município de Itajaí, São Paulo já recebe quase todo o volume de royalties proveniente do petróleo ali produzido.

Com a nova divisão pleiteada na Justiça, os benefícios seriam dos catarinenses. A divisão dos limites entre Santa Catarina, Paraná e São Paulo foi feita pelo IBGE em 1988 e está sendo contestada

no Supremo Tribunal Federal (STF) pela Procuradoria-geral de Santa Catarina, para quem o tratado atual desrespeita a lei.

Lideranças empresariais esperam que, com o desenvolvimento de novas atividades na costa, a distribuição dos royalties seja revista:

- Não temos participação em função dessa geografia estabelecida pelo IBGE. Agora nós iremos trabalhar com o governo estadual para reverter esse cenário - antecipa Eclésio da Silva, presidente da Associação Empresarial de Itajaí.